

Negócios na década de 90

Página 8

Sexta-feira, 28 de setembro de 1990

Economista diz que recessão é inevitável

por Claudia de Souza
de Washington

"É um desastre pressionar o Brasil tão duramente e fazer exigências imediatistas que poderão colocar em risco o programa de estabilização do governo. É do interesse de longo prazo dos bancos, do FMI e do Banco Mundial dar ao Brasil a maior margem agora para fazer o programa funcionar. De maneira alguma o País tem capacidade de pagar uma fração que seja dos juros."

Taxativo como sempre, o economista Jeffrey Sachs — que se popularizou como consultor de países em desenvolvimento necessitados de grandes reformas — acha que talvez seja possível ao Brasil pagar 10% dos juros que deve, ou 15%, mas promessas como a de saldar os atrasados ou pagar tudo no valor de face no ano que vem não podem ser feitas, dada a situação frágil, de inflação ainda muito alta, em que se encontra a economia.

Acostumado a açambarcar em suas análises situações tão diversas como as da Bolívia, dos países do Leste europeu, do Brasil e da União Soviética — onde ele esteve na semana passada, procurando associar-se ao grupo de jovens economistas soviéticos engajados em definir os rumos do plano Shatalin —, o economista, professor de Comércio Internacional na Universidade de Harvard, em Cambridge, reconhece as dificuldades para se estabilizar a economia brasileira e procura dar especificidade à sua análise.

"Uma inflação de 13% ao mês é insatisfatória, o governo sabe disso", começa dizendo, antes de ser interrompido pela secretária do Instituto Progressista de Políticas Públicas, onde ele estava no dia da entrevista, no centro de Washington: "Um produtor de televisão histórico quer falar-lhe ao



Jeffrey Sachs

telefone". Ele acerta a entrevista para a TV norte-americana sobre a aprovação de poderes especiais pelo Soviet Supremo para que o plano de 500 dias seja tocado, e volta à reflexão sobre o caso brasileiro.

SALÁRIOS PELA INFLAÇÃO

Para ele, a norma de pagar a cada mês os salários de acordo com a inflação do mês anterior ainda é muito arraigada numa força de trabalho bem organizada, pelo menos nos setores-chave da economia. A recessão não é suficientemente profunda para exercer o poder de moderar as reivindicações de aumento salarial e pressionar para baixo os preços nos mercados de produtos, já que o colapso inicial da atividade foi seguido de uma forte recuperação.

Será inevitável que a queda de atividade se torne mais acentuada para que a estabilização seja conseguida. "Eu gostaria de ver a política monetária apertada continuar, estabilizada na taxa de câmbio e alertas para o setor privado de que irão quebrar se continuarem a reajustar os salários. O governo precisa manter-se firme, esperar e, mesmo que no curto prazo isso signifique recessão,

extirpar a inflação. Não há outra escolha agora, não se pode viver com uma inflação tão alta."

"É uma economia difícil de estabilizar", reconhece Sachs. A abertura para o mercado internacional não é suficiente, diz, para exercer pressão sobre os preços de muitos produtos. Ele reconhece que a fórmula usada na Bolívia, segundo sua orientação, de abrir mão de qualquer limitação tarifária a importações e ver depois de algumas semanas os preços internos cederem, não é universal.

ECONOMIA É FECHADA

"Sendo de proporções continentais, a economia brasileira é intrinsecamente meio fechada, não só porque é protegida mas porque é tão grande", diz. Sendo o custo de mão-de-obra pouco competitivo, as dificuldades de integração à economia mundial são significativas.

Sachs afirma ser cético a respeito da necessidade, expressa por colegas economistas, de se instaurar no Brasil uma política de rendas concomitante ao esforço de ajuste fiscal e política monetária apertada. Para ele, o governo sairia desgastado se se envolvesse numa tentativa de estabelecer controle sobre os salários por meio de um pacto social. "Isso levaria o governo de volta a uma posição fraca, tendo de negociar com interesses tão poderosos", argumenta.

Ele preferiria ver o governo manter-se firme na intenção de baixar a inflação com uma política monetária apertada e enfrentando o custo de passar por uma recessão. "Um pacto social não dará conta do recado", insiste, acrescentando que a recessão será temporária, de alguns meses, não mais do que um ano, até que a inflação seja permanentemente dominada.

As queixas sobre a insensibilidade da administração americana também são repetidas por Sachs em relação à necessidade premente de financiamento por parte da União Soviética e dos países do Leste europeu. No caminho para o Capitólio, onde é esperado para a palestra "Os Estados Unidos e o futuro econômico da União Soviética e a Europa oriental", ele conta que esteve na Rússia na semana anterior, descrevendo as ansiedades por que passam jovens economistas soviéticos e situações inusitadas que eles estão vivendo, como a de descrever o programa econômico à cúpula militar soviética. Sachs também mantém as viagens quinzenais à Polônia, num trabalho que ele descreve como "consultor de um superativo ministro das finanças".

No Capitólio, numa sala lateral em que não mais que sessenta pessoas, mui-

tas delas estudantes e economistas com passagens pelos países do Leste, vieram ouvi-lo, Sachs apresenta suas apreensões com relação à passividade e escassez de recursos com que a administração norte-americana, a seu ver, está respondendo às mudanças nos países do Leste e em particular na União Soviética.

"RESPOSTA TEM DE SER RÁPIDA"

"Nossa resposta precisa ser rápida", diz ele à platéia, argumentando que a União Soviética precisa prioritariamente de um "colchão" financeiro para enfrentar a gravidade do desabastecimento e da fragilidade da situação em que o programa chamado "500 dias" deverá ser instaurado. A formação de um sistema financeiro para servir de base para o comércio interno e externo seria o primeiro passo, ur-

gente, já que a base institucional para o sistema de "barter" entre a economia soviética e as economias do Leste, não só já está deteriorada mas também terminaria formalmente em janeiro do próximo ano.

Sachs propõe um desembolso inicial pela administração americana de US\$ 10 bilhões, além de outra soma equivalente para os países da Europa Oriental para que, com esse aumento em suas reservas, o comércio entre os países do bloco não entre em colapso. A soma de US\$ 10 bilhões equivale a três meses de importações correntes da União Soviética.

"É surpreendente que tão pouco se discuta a respeito dos passos a tomar nos Estados Unidos. Esse valor equivale a bem menos do que 1% de nossa renda nacional. Durante o plano Marshall nosso país gastou 2% ao ano de sua renda. Trata-se agora de garantir

um mundo seguro para várias gerações", argumenta Sachs. A rápida pincelada a respeito das diferenças entre as economias da Polónia, Iugoslávia e Checoslováquia, antes de fazer uma exposição a respeito da situação polonesa. Para ele, a imprensa do Ocidente compreende mal o que vê naquele país. Fala-se muito sobre as dificuldades que, argumenta ele, eram muito maiores antes que o atual plano econômico fosse colocado em prática.

MUDANÇAS GRADUAIS

"A combinação de hiperinflação com desabastecimento de produtos essenciais é exclusiva da Europa Oriental, uma situação que os países latino-americanos não conhecem", explica. Mudanças graduais são impensáveis a esta altura e mesmo avançando de forma abrangente, a solução dos problemas poloneses levará anos, situação bem diversa da de países da América Latina.

Sachs argumenta que a liberalização dos preços, a intensificação do comércio externo, a política monetária apertada e a convertibilidade da moeda polonesa, que segue firmemente atrelada ao dólar, sem restrições, na base estável de 9.500 zlots para o dólar, levaram a mudanças positivas na economia, entre elas um aumento de 40% no fluxo de dólares para a economia em 1989, fortalecendo não só as reservas daquele país mas também sua posição política.

"Programas de austeridade são sempre custosos, em qualquer economia", lembra ele aos presentes. Mesmo o desemprego polonês, de 800 mil pessoas, equivaleria a não mais que 5% da força de trabalho, menor portanto do que o nível de desemprego de vários países mais desenvolvidos. "Somente 200 mil de

fato perderam seus empregos no último ano", lembra, contrastando essa situação com a da Alemanha Oriental, onde o desemprego e as dificuldades são de fato explosivos, o custo de mão-de-obra polonesa, obviamente sendo irrisório, tanto quanto seu nível de produtividade. Sachs atribui o declínio da atividade ao colapso das relações comerciais com a União Soviética e fala dos imensos passos a ser dados, como a privatização não de meia dúzia de companhias, nos moldes das economias ocidentais, mas de milhares de estatais de todos os tamanhos e perfis de rentabilidade.

"POOL DE RECURSOS"

É preciso, volta ele a argumentar, um "pool" de recursos e consultores por parte dos países desenvolvidos, além de uma posição de maior compromisso e coerência do governo norte-americano.

Ele lembra que seu governo foi obrigado a voltar atrás na questão do pagamento da dívida externa polonesa e que será obrigado a reconhecer a necessidade de fazer o mesmo com relação a outros países, não só do Leste europeu mas também da América Latina.

Sachs naquele dia de fato gravou seu programa de televisão. No dia seguinte — terça-feira, 25 — nenhuma linha foi publicada a respeito nos jornais. Também não houve, na imprensa norte-americana, qualquer repercussão a respeito do discurso do presidente brasileiro na ONU, falando da necessidade da transferência de tecnologia para assegurar o crescimento econômico brasileiro. Sachs tentou, mas não conseguiu, uma conversa com a ministra da economia brasileira na atual agenda de Zélia Cardoso de Mello em Washington.